

Política de Divulgação de Informações e de Negociação com Valores Mobiliários



9ª versão e consolidação

11/12/2024

ÍNDICE E SUMÁRIO

1. OBJETIVO.....	3
2. APLICAÇÕES E ABRANGÊNCIA.....	3
3. REFERÊNCIAS	3
4. DEFINIÇÕES.....	3
5. DIRETRIZES	5
6. OBJETIVO DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELEVANTE.....	5
7. REGRAS PARA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES RELEVANTES	5
8. FORMAS E PRAZOS PARA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES.....	6
9. EXCEÇÃO À IMEDIATA DIVULGAÇÃO	6
10. SIGILO E RESTRIÇÃO A NEGOCIAÇÕES.....	6
11. INFORMAÇÕES SOBRE AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA RELEVANTE.....	7
12. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM OFERTAS PÚBLICAS	7
13. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE NEGOCIAÇÕES DE ADMINISTRADORES E PESSOAS LIGADAS.....	7
14. DIVULGAÇÃO DE PREVISÕES.....	8
15. COMENTÁRIOS SOBRE RUMORES.....	8
16. VAZAMENTO DE INFORMAÇÕES.....	8
17. USO INDEVIDO DE INFORMAÇÃO RELEVANTE (<i>INSIDER TRADING</i>).....	8
18. VEDAÇÃO À NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS.....	9
19. EXCEÇÕES ÀS VEDAÇÕES À NEGOCIAÇÃO	9
20. PLANO INDIVIDUAL DE INVESTIMENTO OU DESINVESTIMENTO	10
21. DEVERES E RESPONSABILIDADES DO DRI	11
22. DESCUMPRIMENTO DA POLÍTICA	11
23. TREINAMENTO	11
24. DISPOSIÇÕES FINAIS	12
25. INFORMAÇÕES DE CONTROLE E RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO	12
ANEXO I - TERMO DE ADESÃO	13
ANEXO II - INFORMATIVO DE NEGOCIAÇÕES REALIZADAS COM VALORES MOBILIÁRIOS.....	14

1. Objetivo

Esta Política tem por objetivo disciplinar o uso e a divulgação de Informações Relevantes no âmbito da Companhia e suas controladas, bem como a manutenção de sigilo acerca daquelas não divulgadas, e orientar quanto às regras de negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia e de sua Controladora, e de derivativos neles referenciados.

2. Aplicações e Abrangência

Esta Política abrange as seguintes pessoas:

- (a) à própria Companhia;
- (b) aos Acionistas Controladores, diretos e indiretos;
- (c) aos Conselheiros de Administração da Companhia;
- (d) aos Diretores da Companhia, estatutários e não estatutários, estes últimos também definidos como Colaboradores;
- (e) aos membros do Conselho Fiscal da Companhia, se instalado;
- (f) aos integrantes de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, que vierem a ser criados por disposição estatutária; e,
- (g) a outras pessoas que a Companhia, a seu critério, considere relevantes para fins desta Política e que tenham assumido por escrito o dever de cumpri-la, inclusive terceiros contratados pela Companhia que tenham acesso permanente ou eventual a Informações Relevantes, ou quaisquer pessoas que possam ter conhecimento de Informações Relevantes em razão de relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia ou em virtude de cargo, função ou posição na Companhia, em sua Controladora ou nas suas Controladas.

3. Referências

- Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, (Institui a “CVM”);
- Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, (“Lei das S.A.”);
- Resolução CVM 44, de 23 de agosto de 2021, (“Resolução 44”);
- Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, (“Resolução 80”);
- Regulamento do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A., Brasil Bolsa Balcão;
- Estatuto Social da Companhia; e,
- Código de Conduta Ética da Companhia.

4. Definições

Acionistas Controladores ou Controladora: o acionista ou grupo de acionistas que exerçam o poder de controle da Companhia, nos termos da Lei nº 6.404/76.

Administradores: os membros do Conselho de Administração e da Diretoria executiva, eleitos na Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, atuando em nome próprio ou da Companhia.

Área de Relações com Investidores ou RI: É o departamento da Companhia que atua para apoiar o Diretor de Relações com Investidores, para dar cumprimento à esta Política.

Ato ou Fato Relevante: nos termos da Resolução 44, constitui-se por qualquer decisão de acionista controlador, deliberação da assembleia geral ou dos órgãos de administração da Companhia, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, comercial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos seus negócios que possa influenciar de modo ponderável: (i) na cotação dos valores mobiliários da Companhia ou a eles referenciados; (ii) na decisão dos investidores

de comprar, vender ou manter aqueles valores mobiliários; ou (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de valores mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados. Exemplos de potenciais atos ou fatos relevantes, podem ser consultados no Artigo 2º, parágrafo único, da Referida Resolução.

Bolsa de Valores: as bolsas de valores em que os valores de emissão da Companhia sejam admitidos.

Colaboradores: são os diretores não estatutários e demais profissionais, que mantem vínculo empregatício com a Companhia, sua Controladora, e/ou suas Controladas.

Companhia: a Fras-le S.A.

Comunicado ao Mercado: é o instrumento pelo qual a Companhia divulgará demais informações que não sejam conceitualmente caracterizadas como Ato ou Fato Relevante, mas que o DRI julgue útil levar ao conhecimento dos investidores e participantes do mercado, ainda que a sua divulgação não seja exigida pela legislação e regulamentação em vigor.

Conselheiros Fiscais: os membros do conselho fiscal da Companhia, titulares e suplentes, nos exercícios em que for instalado em assembleia geral de acionistas.

CVM: a Comissão de Valores Mobiliários.

Diretor de relações com Investidores ou DRI: o diretor da Companhia, responsável pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e à Bolsa de Valores, bem como pela atualização permanente do registro da Companhia perante a CVM.

Ex-administradores: os Diretores e Conselheiros de Administração, após deixarem de integrar a administração da Companhia.

Informação Relevante: toda informação relacionada à Companhia, à Controladora, ou à qualquer de suas Controladas, que ainda não tenha sido divulgada ao público investidor e que possa influenciar de modo significativo na cotação dos valores mobiliários.

Insider Trading: é a negociação de valores mobiliários baseada no conhecimento de informações relevantes que ainda não são públicas, com o objetivo de auferir lucro ou vantagem no mercado, para si ou para terceiro.

Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas: os órgãos da Companhia, criados por disposição estatutária ou pelo Conselho de Administração, com funções técnicas ou destinados a aconselhar os seus administradores.

Período de Vedação ou Black-out-period: períodos em que as Pessoas Abrangidas deverão abster-se de negociar valores mobiliários de emissão da Companhia e de sua Controladora.

Pessoas Abrangidas: acionistas controladores, conselheiros de administração, conselheiros fiscais, diretores, membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, e, ainda, aqueles que, em virtude de seu cargo, função ou posição, na Companhia, em suas Controladas ou Coligadas, ou na sua Controladora, tenham conhecimento de Informação Relevante.

Pessoas Vinculadas: são aquelas que possuem os seguintes vínculos com as Pessoas Abrangidas: (i) o cônjuge do qual não estejam separados judicial ou extrajudicialmente; (ii) o(a) companheiro(a); e, (iii) qualquer dependente econômico incluído na declaração de ajuste anual do imposto sobre a renda; e, (iv) sociedades controladas, direta ou indiretamente pelas Pessoas Abrangidas ou aquelas mencionadas nos itens “i”, “ii” e “iii” acima.

Plano Individual de Investimento ou Desinvestimento ou Plano Individual: compromisso assumido por Pessoas Abrangidas, de implementar em longo prazo, um plano de vendas ou um plano de compras, com recursos próprios, de valores mobiliários de emissão da Companhia, nos termos dessa Política e do Artigo 16 da Resolução 44.

Poder de Controle ou Controle: poder de dirigir as atividades e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito. Há presunção relativa de controle o acionista ou grupo de acionistas que sejam titulares de ações que lhe assegure, de modo permanente, direta ou indiretamente, a maioria dos votos nas deliberações assembleares e o poder de eleger a maioria dos administradores da Companhia.

Sociedades Coligadas ou Coligadas: as sociedades sobre as quais a Companhia possui influência na administração, sem controlá-las.

Sociedades Controladas ou Controladas: as sociedades que são controladas pela Companhia, direta ou indiretamente.

Terceiros: as pessoas que possuam relação comercial, profissional ou de confiança para com a Companhia, tais como auditores independentes, advogados, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição, aos quais compete verificar a respeito da divulgação da Informação Relevante antes de negociar com valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados.

Termo de Adesão: instrumento formal, a ser assinado pelas Pessoas Abrangidas, onde manifestam a ciência em relação as regras desta Política, assumindo obrigação de cumpri-las e de zelar para o cumprimento destas regras por aqueles que estejam sob sua influência.

Valores Mobiliários: ações, debêntures, bônus de subscrição, recibos e direitos de subscrição, notas promissórias, opções de compra ou de índices e de derivativos de qualquer espécie ou, ainda, outros títulos ou contratos de investimento coletivo de emissão da Companhia que, por determinação legal, sejam considerados valores mobiliários.

5. Diretrizes

5.1. Todas as Pessoas Abrangidas deverão pautar a sua conduta em conformidade com os valores da boa-fé, lealdade e veracidade, bem como pelos princípios estabelecidos nesta Política e no Código de Conduta Ética da Companhia.

5.2. O relacionamento da Companhia com os participantes e com os formadores de opinião no mercado de Valores Mobiliários deve ocorrer de modo uniforme, transparente e equitativo.

5.3. As Pessoas Abrangidas devem assegurar que a divulgação de informações pela Companhia seja correta, completa, tempestiva e desenvolvida pelos administradores incumbidos dessa função, na forma prevista nesta Política e na regulamentação aplicável.

5.4. A responsabilidade das Pessoas Abrangidas se estenderá aos atos praticados por terceiros, sempre que estes atuarem sob sua influência, orientação ou delegação. Não obstante, o conteúdo desta Política não exime a responsabilidade de terceiros não diretamente ligados à Companhia, que tenham conhecimento de Informação Relevante e venham a negociar Valores Mobiliários na pendência da divulgação de Ato ou Fato Relevante.

6. Objetivo da divulgação de Informação Relevante

A divulgação de Ato ou Fato Relevante tem por objetivo assegurar aos investidores a disponibilidade, em tempo hábil, de forma eficiente e razoável, das informações necessárias para as suas decisões de investimento, dando a melhor simetria possível na disseminação das informações.

7. Regras para divulgação de Informações Relevantes

7.1. Compete ao DRI analisar a relevância de informações que possam consubstanciar Atos ou Fatos Relevantes, dentro do contexto das atividades ordinárias e da dimensão dos negócios da Companhia,

divulgando, se assim entender pertinente, as informações ao mercado de forma clara e precisa e zelando pela sua ampla e simultânea disseminação.

7.2. Caso as Pessoas Abrangidas entendam que detêm informação que possa constituir Ato ou Fato Relevante ainda não divulgado ao mercado, devem reportá-la ao DRI, a quem caberá decidir sobre sua caracterização. Em caso de dúvida, o DRI poderá valer-se de consulta aos membros do Conselho de Administração.

7.3. Não se configurando a decisão de manter sigilo permitida pela legislação, e na omissão do DRI, as Pessoas Abrangidas somente se eximirão de responsabilidade caso comuniquem imediatamente o Ato ou Fato Relevante à CVM.

7.4. As reuniões com entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, relativas à matéria que possa caracterizar Ato ou Fato Relevante, deverão contar com a presença do DRI ou de outra pessoa indicada para este fim. Caso contrário, deverão ter o seu conteúdo reportado ao DRI, visando sua divulgação simultânea ao mercado de valores mobiliários.

8. Formas e prazos para divulgação de informações

8.1. A divulgação de Ato ou Fato Relevante deve ser:

- (a) preferencialmente após o encerramento dos negócios na Bolsa de Valores e, caso não seja possível, poderá ser antes da sua abertura;
- (b) comunicada simultaneamente à CVM e ao mercado, por sistema específico, descrevendo os atos e/ou fatos ocorridos;
- (c) disponibilizada no site de Relações com Investidores da Companhia; E,
- (d) disponibilizada, em pelo menos 1 (um) portal de notícias com página na rede mundial de computadores, devidamente identificados no Formulário Cadastral da Companhia, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade.

8.2. Caso seja imperativo que a divulgação ocorra durante o horário de negociação, o DRI poderá fazê-lo e simultaneamente solicitar a suspensão da negociação dos valores de emissão da Companhia, pelo tempo necessário à adequada disseminação da Informação Relevante.

9. Exceção à imediata divulgação

Os atos ou fatos relevantes podem, excepcionalmente, deixar de ser divulgados se os acionistas controladores ou os administradores entenderem que sua revelação colocará em risco interesse legítimo da Companhia. Nessa hipótese, caberá ao DRI acompanhar a cotação, o preço e o volume de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

10. Sigilo e restrição a negociações

As Pessoas Abrangidas que tenham acesso à Informação Relevante ainda não divulgada, terão a obrigação de:

- (a) guardar sigilo até sua divulgação ao mercado;
- (b) zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com esses na hipótese de descumprimento do dever de sigilo; e,
- (c) observar a vedação na negociação de valores mobiliários emitidos pela Companhia nos termos desta Política.

11. Informações sobre aquisição ou alienação de participação acionária relevante

11.1. Os acionistas controladores, diretos ou indiretos, e acionistas que elegeram membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, bem como qualquer pessoa natural ou jurídica ou grupo de pessoas, agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse, que realizem negócios relevantes, devem encaminhar ao RI, comunicação contendo as informações exigidas pelo Artigo 12 da Resolução 44, imediatamente após serem alcançados os patamares a seguir indicados.

11.2. Considera-se negociação relevante o negócio ou o conjunto de negócios por meio do qual a participação direta ou indireta das pessoas acima referidas, supere ou reduza, 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento), 15% (quinze por cento), ou múltiplos desse percentual, das ações de mesma espécie, representativas do capital social da Companhia.

11.3. O RI, deverá manter arquivados os documentos encaminhados pelos acionistas acerca das movimentações efetuadas, e quando receber comunicado de aquisição ou alienação de participação relevante, também enviará à CVM e à Bolsa de Valores, por meio de sistema específico.

11.4. Caso se trate de aquisição de participação acionária que resulte ou que tenha sido efetuada com o objetivo de alterar a composição do controle ou a estrutura administrativa da Companhia, ou caso a aquisição gere a obrigação de realização de oferta pública, o DRI deve promover sua divulgação nos termos desta Política e da Resolução 44.

12. Divulgação de informações em ofertas públicas

12.1. Imediatamente após a decisão de realizar oferta pública que dependa de registro na CVM, o ofertante deverá encaminhar ao DRI, informações relativas à quantidade de valores mobiliários a serem adquiridos ou alienados, o preço, as condições de pagamento e demais condições a que estiver sujeita a oferta, para que proceda com sua divulgação ao mercado, exceto em caso de procedimento de análise confidencial.

12.2. A distribuição pública primária ou secundária de valores mobiliários somente deverá ser divulgada, quando se enquadrar nos critérios previstos nos incisos I a II do Artigo 2º da Resolução 44.

13. Divulgação de informações sobre negociações de administradores e pessoas ligadas

13.1. Os Administradores, Conselheiros Fiscais e integrantes de Órgãos Com Funções Técnicas ou Consultivas, ficam obrigados a informar ao RI a titularidade e as negociações realizadas com valores mobiliários emitidos pela Companhia e sua Controladora, companhias abertas, abrangendo empréstimos de ações e negociações com derivativos, ou outros valores mobiliários referenciados.

13.2. As pessoas mencionadas no item acima deverão indicar, ainda, os valores mobiliários que sejam de propriedade das Pessoas Vinculadas.

13.3. A comunicação deverá conter as informações constantes do modelo anexo a esta Política, identificado como Anexo II, podendo serem enviadas também as respectivas notas de corretagem, no prazo de 5 (cinco) dias após a realização de cada negócio. O RI enviará as informações à CVM e à Bolsa de Valores, no prazo de até 10 (dez) dias após o término do mês em que se verificarem as mudanças das posições detidas.

13.4. No primeiro dia útil após a posse, a comunicação deverá conter somente os valores mobiliários detidos na data da posse, cabendo ao RI enviar as informações à CVM e à Bolsa de Valores no prazo legal.

13.5. As comunicações mencionadas neste item deverão contemplar a propriedade de ações, devendo tal declaração discriminar, ainda, a parcela de ações detidas pelo comunicante que tenha sido adquirida ou alienada por meio de empréstimo de ações.

14. Divulgação de previsões

A Companhia poderá, eventualmente, divulgar previsões e/ou projeções relativas ao comportamento dos mercados onde ela atua ou sobre seu próprio desempenho futuro, desde que estejam sempre acompanhadas de nota com conteúdo que reflita, mesmo que em outras palavras, o seguinte teor: Esta apresentação contém informações futuras.

Tais informações não são fatos históricos, mas refletem as metas e expectativas da direção da Companhia. As palavras "acredita", "poderá", "irá", "continua", "espera", "prevê", "pretende", "planeja", "estima" ou expressões semelhantes, escritas e/ou proferidas, pretendem identificar afirmações que, necessariamente, envolvem riscos conhecidos e desconhecidos.

Os resultados futuros e a criação de valor para os acionistas poderão diferir de maneira significativa daqueles expressos ou sugeridos pelas projeções. Os fatores e valores que irão determinar estes resultados estão além da capacidade de controle ou previsão da Administração da Companhia, que não se obriga a atualizar a apresentação mediante novas informações e/ou acontecimentos futuros; e, não se responsabiliza por operações ou decisões de investimento tomadas com base nas informações apresentadas.

15. Comentários sobre rumores

É diretriz da Companhia não comentar sobre rumores, respondendo às perguntas apenas com a declaração: *“é nossa política não comentar sobre rumores ou especulações”*. Se, entretanto, os boatos ou rumores estiverem afetando o preço ou volume das negociações com valores mobiliários emitidos pela Companhia, poderá haver necessidade de um pronunciamento negando ou confirmando as notícias. Essa matéria deverá ser avaliada pelo DRI e, se for o caso, decidida pelo Conselho de Administração.

16. Vazamento de informações

16.1. A divulgação indevida de informações internas, confidenciais e relevantes à imprensa e à terceiros, em desacordo com esta Política, coloca em risco os interesses estratégicos da Companhia, pois pode acarretar assimetria de informações no mercado e, por consequência, levar ao descumprimento da lei e normas aplicáveis à Companhia.

16.2. As Pessoas Abrangidas devem ter ciência que a Companhia possui canais e procedimentos adequados para interação com a imprensa, acionistas, analistas de mercado e outros *stakeholders*, sendo o DRI responsável pelas decisões ligadas ao tratamento de informações que possam caracterizar Ato ou Fato Relevante.

16.3. Considerando a relevância do tema, a Companhia adota procedimentos internos que visam promover a confidencialidade dessas informações como: (i) monitoramento contínuo de correspondências eletrônicas; (ii) reforço do compromisso das Pessoas Abrangidas em preservar a confidencialidade das informações; e, (iii) assinaturas de termos de confidencialidade relativos a projetos específicos.

17. Uso indevido de Informação Relevante (*Insider Trading*)

17.1. É vedada a utilização de Informação Relevante ainda não divulgada, por qualquer pessoa que dela tenha conhecimento, com o propósito de obter vantagem para si ou para outra pessoa, mediante negociação de valores mobiliários da Companhia.

17.2. Ressalvadas as exceções previstas na Resolução 44, para fins de caracterização do ilícito acima, presume-se que:

(a) qualquer pessoa que tenha negociado valores mobiliários dispondo de Informação Relevante fez uso de tal informação na referida negociação;

- (b) Acionistas Controladores, diretos ou indiretos, Diretores, membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal, e a própria Companhia, em relação aos negócios com valores mobiliários de própria emissão, têm acesso a toda Informação Relevante ainda não divulgada;
- (c) as pessoas mencionadas na alínea “b” e aquelas que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia, ao terem acesso à Informação Relevante, sabem que se trata de informação privilegiada;
- (d) o Administrador e Conselheiro Fiscal que se afasta da Companhia dispondo de Informação Relevante se vale desta informação caso negocie valores mobiliários emitidos pela Companhia no período de 3 (três) meses a contar de seu desligamento, ou até a divulgação, pela Companhia, do Ato ou Fato relevante ao mercado de que tinham conhecimento, o que ocorrer primeiro; e,
- (e) são relevantes, a partir do momento que se iniciarem estudos ou análise da matéria: (i) as informações sobre operações de incorporação, cisão, fusão transformação ou qualquer forma de reorganização societária ou combinação de negócios; (ii) mudança no controle da Companhia; (iii) decisão de promover o cancelamento do registro de companhia aberta ou mudança do segmento de negociação da Bolsa de Valores; e, (iv) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial e falência efetuados pela Companhia.

18. Vedação à negociação de valores mobiliários

18.1. A Companhia e as Pessoas Abrangidas, não poderão realizar qualquer tipo de negociação com valores mobiliários emitidos pela Companhia e sua Controladora, nas seguintes situações:

- (a) no período de 15 (quinze) dias que anteceder a data da divulgação das informações contábeis trimestrais das demonstrações financeiras anuais da Companhia. A vedação independe de conhecimento do conteúdo de tais informações, bem como da avaliação quanto a existência de Informação Relevante pendente de divulgação ou da intenção em relação à negociação. A contagem do prazo referido deve ser feita excluindo-se o dia da divulgação, porém os negócios com valores mobiliários só podem ser realizados nesse dia após a referida divulgação; e,
- (b) no período entre a data em que tomarem conhecimento de Informação Relevante até a data de sua divulgação ao mercado;

18.2. Quando o DRI verificar a existência de Informações Relevantes não divulgadas, independentemente de qualquer justificativa, poderá fixar Período de Vedação (*black-out-period*), nos quais as Pessoas Abrangidas não poderão negociar valores mobiliários de emissão da Companhia e/ou de suas Controladas e deverão, ainda, dar confidencialidade ao tema. Os Períodos de Vedação serão divulgados pelo RI, que indicará a data inicial e perdurará até que seja divulgado novo comunicado informando o seu término.

18.3. A proibição de negociar mencionada no item 18.1, não se aplica, se e quando for o caso, nas demais situações previstas no § 3º do Artigo 14, da Resolução 44.

19. Exceções às vedações à negociação

As vedações estabelecidas na presente Política, não se aplicam às Pessoas Abrangidas em:

- (a) negociações privadas entre as mesmas Pessoas Abrangidas, entendidas como tais as que sejam realizadas fora da Bolsa de Valores;
- (b) operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes do início do Período de Vedação decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e contratos de compra e venda a termo;

- (c) negociações realizadas por fundos ou clubes de investimento dos quais as Pessoas Abrangidas sejam cotistas, desde que não sejam fundos ou clubes exclusivos e as decisões de negociação do administrador do fundo de investimento não possam ser influenciadas pelos cotistas; e,
- (d) negociações envolvendo valores mobiliários de renda fixa, quando realizadas mediante operações com compromissos conjugados de recompra pelo vendedor e de revenda pelo comprador, para liquidação em data preestabelecida, anterior ou igual à do vencimento dos títulos objeto da operação, realizadas com rentabilidade ou parâmetros de remuneração predefinidos.

20. Plano Individual de Investimento ou Desinvestimento

20.1. As Pessoas Abrangidas, Colaboradores, Pessoas Vinculadas, e qualquer pessoa que tiver relação com a Companhia que o torne potencialmente sujeito às presunções previstas no item 15.2 desta Política, poderão implementar um Plano Individual de Investimento ou de Desinvestimento, no qual deverá indicar seu compromisso de, com recursos próprios, comprar ou de vender valores mobiliários de sua titularidade, de emissão da Companhia, sendo responsáveis pelas informações ali previstas, quando da formulação do Plano Individual.

20.2. O Plano Individual deverá ser formalizado por escrito, perante o DRI, e contemplar:

- (a) que a primeira operação seja realizada no prazo mínimo de 3 (três) meses de sua apresentação, bem suas eventuais modificações e cancelamentos;
- (b) a natureza das operações programadas, se de compra ou de venda;
- (c) as datas ou eventos e os valores ou quantidades, aproximados, dos negócios a serem realizados;
- (d) o período das negociações, que não poderá ser inferior a 12 (doze) meses;
- (e) a identificação das Pessoas Vinculadas; e,
- (f) no caso de investimento, o compromisso de não vender os valores mobiliários adquiridos com base no Plano Individual, antes de decorridos 3 (três) meses da data da última compra, salvo motivos de força maior.

20.3. Além das disposições contidas no item 18.2, o Plano Individual poderá prever a negociação nos períodos de 15 (quinze) dias que antecederem à divulgação das informações contábeis trimestrais e das demonstrações financeiras anuais, desde que: (i) a Companhia tenha aprovado cronograma definindo as datas específicas para divulgação das informações contábeis e financeiras; e, (ii) o participante revertera à Companhia quaisquer perdas evitadas ou ganhos auferidos em negociações previstas no Plano Individual, decorrentes de eventual alteração nas datas de divulgação, apurados através de critérios razoáveis definidos no próprio Plano Individual.

20.4. O Plano Individual não poderá ser formalizado na pendência de divulgação de Informação Relevante que o interessado tenha conhecimento, tampouco durante os 15 (quinze) dias que antecederem as divulgações trimestrais e anuais.

20.5. É vedado ao participante manter em vigor mais de um Plano Individual, seja de investimento ou desinvestimento, bem como realizar operações que anulem ou mitiguem os efeitos econômicos das operações determinadas no seu Plano Individual.

20.6. Findo o prazo do Plano Individual, um novo Plano poderá ser implementado, desde que novamente atenda todos os requisitos previstos nesta Política.

20.7. Caso tenham sido indicadas datas em que os mercados onde a Companhia é listada não funcionem (e.g. sábados, domingos ou feriados), as operações deverão ser realizadas no primeiro dia útil subsequente a data inicialmente programada.

20.8. O DRI poderá recusar o arquivamento na Companhia, de Plano Individual que esteja em desacordo com esta Política ou com a legislação em vigor e, quando requerido pela CVM, deverá levar a seu conhecimento, os Planos Individuais ali arquivados.

20.9. O Conselho de Administração, ou outro órgão por delegação do Conselho de Administração, deverá verificar, ao menos semestralmente, a aderência das negociações realizadas pelos participantes aos Planos Individuais por eles formalizados.

21. Deveres e Responsabilidades do DRI

São responsabilidades do DRI:

- (a) divulgar e zelar pela ampla disseminação de qualquer Informação Relevante relacionada aos negócios da Companhia, imediatamente após tomar conhecimento do mesmo;
- (b) a execução e o acompanhamento desta Política, e toda a comunicação entre a Companhia, a CVM e a Bolsa de Valores, bem como entre a Companhia e demais integrantes do Mercado de Valores Mobiliários;
- (c) atuar como principal porta-voz da Companhia em assuntos pertinentes ao Mercado de Valores Mobiliários;
- (d) responder prontamente aos órgãos competentes, eventuais solicitações de esclarecimentos adicionais, correção, aditamento ou nova divulgação de Ato ou Fato Relevante;
- (e) receber, com o apoio do RI, comunicação sobre quantidade, características e forma de compra dos valores mobiliários em negociação no mercado de valores mobiliários, de emissão da Companhia, e de sociedades controladas ou controladoras, de que sejam titulares as Pessoas Abrangidas, bem como as alterações de suas posições, e transmitir tais informações à CVM e à Bolsa de Valores;
- (f) arquivar, com o apoio do RI, os Termos de Adesão assinados pelas Pessoas Abrangidas, enquanto estas possuírem vínculo com a Companhia, e por cinco anos, no mínimo, após desligamentos;
- (g) apreciar os Planos Individuais, apresentados nos termos desta Política e encaminhar ao Conselho de Administração ou órgão por este delegado, o resultado do monitoramento dos Planos Individuais que envolvam negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia;
- (h) comunicar, com o apoio do RI, o início e o fim dos Períodos de Vedação (*black-out period*), exceto para aqueles já previamente mencionados nesta Política e previstos na regulamentação aplicável; e,
- (i) sanar quaisquer dúvidas relacionadas a esta política.

22. Descumprimento da Política

22.1. O descumprimento desta Política sujeitará o infrator as sanções disciplinares, de acordo com as normas internas da Companhia, inclusive o Código de Conduta Ética e a Política de Consequências, bem como as penalidades aplicáveis quando se configurar em infração grave conforme definido pela CVM.

22.2. Ademais, a utilização de Informação Relevante ainda não divulgada pode ser tipificada como crime, sujeito à pena de reclusão de anos e multa, nos termos do Artigo 27-D da Lei 6.385/76.

23. Treinamento

Periodicamente, devem ser realizados treinamentos obrigatórios para conscientização e engajamento das Pessoas Abrangidas, em relação às diretrizes e às orientações constantes nesta Política.

24. Disposições Finais

24.1. O Conselho de Administração poderá, a qualquer tempo, promover alterações desta Política, as quais serão prontamente comunicadas pelos DRI às pessoas Abrangidas, à CVM e à Bolsa de Valores, surtindo efeitos na data da ciência das alterações.

24.2. Quaisquer violações ao disposto nesta Política deverão ser comunicadas imediatamente ao DRI da Companhia.

24.3. As Pessoas Abrangidas, responsáveis pelo descumprimento de qualquer disposição constante desta Política, se obrigam a ressarcir a Companhia de todos os prejuízos que esta venha a incorrer e que sejam decorrentes de tal descumprimento.

24.4. A desvinculação de uma Pessoa Abrangida desta Política, ocorrerá automaticamente nos seguintes casos:

- (a) renúncia ou exoneração do cargo de diretor, de membro do conselho de administração e de membro do conselho fiscal, bem como de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária;
- (b) extinção do contrato de trabalho, para o caso de colaboradores empregados; e,
- (c) morte de pessoa física ou extinção de pessoa jurídica.

25. Informações de controle e responsáveis pela elaboração

Versão	Data	Vigência
1ª versão	17/06/2002	17/06/2002
2ª versão	21/10/2009	21/10/2009
3ª versão	28/04/2014	28/04/2014
4ª versão	04/11/2015	04/11/2015
5ª versão	05/12/2016	05/12/2016
6ª versão	28/06/2019	28/06/2019
7ª versão	09/11/2021	09/11/2021
8ª versão	13/12/2023	13/12/2023
9ª Versão (vigente)	11/12/2024	11/12/2024

Responsável	Área
Elaboração	Governança Corporativa
Revisão	Diretoria de Relações com Investidores
Aprovação	Conselho de Administração

Anexo I - Termo de Adesão

[nome], CPF [Nº do CPF], [cargo], da [empresa] na qualidade de Pessoa Abrangida, sujeita à observância das disposições da Resolução CVM nº 44/2021, adere à Política de Divulgação de Informações e de Negociação com Valores Mobiliários, relativas aos Valores Mobiliários de Emissão da Fras-le S.A., e DECLARA:

(a) ter conhecimento de seu conteúdo da Política, disponível na Intranet e no site da Companhia (<https://ri.fraslemobility.com/>), obrigando-se a pautar suas ações sempre em conformidade com tais regras, no que couber, e na legislação e regulamentação aplicáveis;

(b) ter ciência dos períodos de vedação das negociações com valores mobiliários pré-definidos, que antecedem a divulgação das informações trimestrais e anuais previstas na Política, e que tais períodos são fixados anualmente pela Companhia e suas controladas, por meio do Calendário Anual de Eventos Corporativos, disponibilizado no site da Companhia;

(c) ter conhecimento que, caso seja identificado como fonte de vazamento de informações, está sujeito, quando aplicável, às sanções dispostas no Código de Conduta Ética da Companhia e a outras medidas que a Companhia entender necessárias para proteção de seus interesses e recuperação de eventuais prejuízos, inclusive, o reporte às autoridades competentes;

(d) que, nos termos desta Política, são Pessoas Vinculadas:

Nome da Pessoas Vinculada	CPF	Relação	
		Cônjuge/companheiro (a)	
		Dependente IR	
		Cônjuge/companheiro (a)	
		Dependente IR	
		Cônjuge/companheiro (a)	
		Dependente IR	
	CNPJ	Relação	
		Controlada	
		Contrato de fidúcia	
		Administrador de carteira	
		Controlada	
		Contrato de fidúcia	
		Administrador de carteira	

O(a) Declarante autoriza a Companhia: (i) acessar quaisquer informações registradas junto ao banco escriturador, que se refiram a suas negociações tendo como objeto valores mobiliários de emissão da Companhia, seus derivativos ou quaisquer outros valores mobiliários neles referenciados; e (ii) enviar à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) informações quanto à titularidade e às negociações realizadas com valores mobiliários emitidos pela Companhia, seus derivativos ou quaisquer outros valores mobiliários neles referenciados, seja do Declarante, de seu cônjuge ou companheiro(a), dependente incluído em sua declaração anual de imposto de renda e de sociedades controladas direta ou indiretamente, nos termos da Resolução CVM 44/2021, e em conformidade à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (nº 13.709, de 14 de agosto de 2018).

O(a) declarante firma o presente documento por meio da plataforma digital usualmente utilizada pela Companhia, para todos os fins e efeitos legais.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

[assinatura]

[nome do Declarante]

Anexo II - Informativo de Negociações Realizadas com Valores Mobiliários

Artigo 11 – Resolução CVM nº 44/2021

Mês: _____ Ano: _____

() ocorreram somente as seguintes operações com valores mobiliários e derivativos, de acordo com o artigo 11 da Resolução CVM nº 44/2021.

() não foram realizadas operações com valores mobiliários e derivativos, de acordo com o artigo 11 da Resolução CVM nº 44/2021, sendo que possuo as seguintes posições dos valores mobiliários e derivativos.

Companhia				Controlada		Controladora	
Nome:				CPF/CNPJ:			
Endereço completo:							
Corretora Intermediária das movimentações:							
Saldo Inicial							
Valor Mobiliário	Características dos títulos	Quantidade	% de participação				
			Espécie	Total			
Movimentações							
Valor Mobiliário	Características	Operação	Dia	Quantidade	Preço	Valor (R\$)	
		Compra					
		Compra					
		Total compras					
		Empréstimo					
		Empréstimo					
		Total Empréstimo					
		Venda					
		Venda					
		Total Vendas					
Saldo Final							
Valor Mobiliário	Características dos títulos	Quantidade	% de participação				
			Espécie	Total			

Anexo III - Plano Individual de Investimento ou Desinvestimento

Por meio deste Plano Individual, disciplinado na Política Divulgação de Informações e de Negociação com Valores Mobiliários da Companhia, manifesto meu compromisso de investir ou desinvestir em Valores Mobiliários, observando o disposto na legislação e regulamentação aplicáveis, na aludida Política de Negociação e, ainda, as seguintes condições:

Nome do titular do plano			
Nome da Companhia			
Código B3 do papel a ser negociado			
Natureza das Operações:	() Compra/Investimento	() Venda/Desinvestimento	
Pessoas Vinculadas:	Nome		CPF/CNPJ
Corretora intermediária:			
Período de negociações:			
Datas ou eventos e valores destinados ou quantidade de negócios	Datas/Eventos	Valores/quantidades	
Informações adicionais:			

Ao firmar este Plano de Investimento, manifesto meu compromisso de:

- (a) cumprir o que nele ficou estabelecido, de forma irrevogável e irretratável, salvo motivo justificado e fundamentado;
- (b) observar o disposto na Resolução CVM44, de 23 de agosto de 2021;
- (c) no caso de investimento, não vender os Valores Mobiliários adquiridos, pelo prazo mínimo de 6 (seis meses) a contar de sua compra, salvo motivos de força maior;
- (d) no prazo de 5 (cinco) dias após o término do mês em que se verificar a compra ou venda dos valores mobiliários, prestar as informações à Companhia, conforme previsto na Política de Divulgação de Informações e de Negociação com Valores Mobiliários;
- (e) reverter à Companhia, quaisquer perdas evitadas ou ganhos auferidos em negociações com ações de emissão desta, decorrentes de eventual alteração nas datas de divulgação das informações contábeis trimestrais e demonstrações financeiras anuais, caso este Plano de Investimento contemple negociações no período de 15 (quinze) dias que antecedem a sua divulgação. O valor a ser revertido à Companhia será apurado pela diferença entre o preço médio de cotação das ações em Bolsa de Valores na data da negociação prevista no Plano de Investimento, na data originária de divulgação e no dia seguinte da efetiva data de sua divulgação. Em caso compra de ações, se a aquisição na data prevista no Plano de Investimento ocorrer antes da data efetiva da divulgação, quando pela data original ocorreria depois, eventual diferença positiva na cotação média entre o valor após a divulgação e o valor de aquisição será revertido à Companhia (reversão de ganhos auferidos). Em caso de venda de ações, se a alienação na data prevista no Plano de Investimento ocorrer antes da data efetiva da divulgação, quando pela data original ocorreria depois, eventual diferença positiva na cotação média entre o valor de alienação e o valor após a divulgação será revertido à Companhia (reversão de perdas evitadas);
- (f) não realizar qualquer operação que anule ou mitigue os efeitos econômicos das operações determinadas neste Plano de Investimento.

[local], [dia] de [mês] de [ano].

[assinatura]

[nome]

[cargo/relação com a Companhia]

[CPF]

Recebido:

Data: ____/____/____

[nome e assinatura do DRI]